

Obstáculos à renegociação

Nilda G.

A resistência de bancos credores japoneses em ratificar a renovação parcial dos débitos externos brasileiros, que vem sendo discutida desde julho nos Estados Unidos, traz apreensão quanto aos efeitos que poderá ter sobre a posterior renegociação global da dívida. Se esta etapa não for satisfatoriamente concluída, será mais difícil firmar, de modo favorável ao Brasil, o acordo de reescalonamento plurianual.

O acerto provisório que vem sendo negociado com os credores internacionais, e que deverá ser assinado até amanhã, apesar da relutância dos bancos japoneses, prevê a rolagem de US\$ 31 bilhões —referentes às amortizações vencidas em 1985 e a vencer em 1986— e a manutenção de linhas de crédito comerciais e interbancárias. Segundo informações do Ministério da Fazenda, os credores japoneses não aceitam a permanência dessas linhas de financiamento. Mesmo assim o acordo poderá ser firmado, e sem grandes perdas no que se refere a linhas de financiamento —os bancos japoneses são responsáveis por apenas 5% a 7% dos créditos comerciais e interbancários usualmente concedidos. Entretanto, haveria danos políticos: a falta de unanimidade dos

credores abriria espaço para uma postura mais rígida na renegociação plurianual.

- 4 SET. 1986

Os ganhos obtidos anteriormente, como o fim dos “flat-fees” (comissões cobradas antecipadamente) e a redução de 2% para 1,125% no “spread” (taxa de risco) sobre os vencimentos de 1985 e 1986, precisam ser mantidos, sejam quais forem os resultados e consequências da atual etapa. Da mesma forma, a vitória política alcançada com discussões diretas com os credores não pode admitir retrocesso; desde a crise financeira de 1982, desencadeada pela declaração unilateral da moratória mexicana, nenhum país-membro do FMI conseguira negociar sem sua intermediação com os bancos estrangeiros.

É de extrema importância que o reescalonamento plurianual seja realizado em bases convenientes ao país. Uma postura intransigente dos credores, além de trazer de volta o fantasma do monitoramento do FMI, acarretaria dificuldades para a recomposição do nível de poupança interna, impossibilitando a realização dos investimentos necessários à manutenção do crescimento auto-sustentado nos níveis atuais.